



**Câmara dos Deputados
Dep. Federal Padre João**

À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº , DE DE 2022
(Do Sr. Padre João)

Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, para debater a construção da Política Nacional de Alimentação Escolar

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 24, inciso III e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o plenário desta Comissão, a realização de audiência pública para debater a construção da Política Nacional de Alimentação Escolar.

Para tanto solicitamos que sejam convidados, em data a ser posteriormente agendada:

1. Representante do Ministério da Educação
2. Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
3. Representante do Ministério da Cidadania
4. Representante do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
5. Representante do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)
6. Representante da Comissão dos Presidentes dos Conseas Estaduais (CPCE)
7. Representante da Confederação Nacional das Trabalhadoras e Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil (Contraf Brasil)
8. Representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)





Câmara dos Deputados

Dep. Federal Padre João

Apresentação: 27/05/2022 10:40 - CLP

REQ n.38/2022

9. Representante da Coordenação da Conferência Popular por Direitos, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.
10. Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)
11. Representante do Conselho Federal dos Nutricionistas (CRN)
12. Representante da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)

JUSTIFICAÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem desempenhado papel importante na segurança alimentar e nutricional das crianças e jovens do nosso país, bem como na geração de renda para agricultoras e agricultores familiares. No entanto, dados do recente projeto de pesquisa “PNAE em Minas Gerais: diálogos sobre a Alimentação Escolar e Agricultura Familiar” realizado pelo Instituto Federal de Minas Gerais, comprovam que a execução do programa tem encontrado diversos obstáculos, a começar pela insuficiente fiscalização do cumprimento do percentual mínimo de aquisição de agricultores familiares.

Outros desafios constatados são desde a falta de assistência técnica aos produtores com foco na transição agroecológica, para obtenção do selo de produção orgânica e capacitação para agroindustrialização; passando pelas dificuldades logísticas de falta de veículos para transporte e más condições das estradas rurais; e chegando até a comunicação precária entre gestores e produtores, tanto devido à exclusão digital que ainda vigora em grande parte da zona rural brasileira, quanto devido à falta de sincronicidade entre os processos licitatórios e as safras de cada alimento dos cardápios escolares.

Além disso, observa-se também a fragilidade dos agricultores familiares em relação a perdas por intempéries; dificuldades no fomento ao cooperativismo e às hortas escolares; prejuízos causados por outras atividades econômicas como a mineração; baixos valores repassados pela CONAB; falta de conscientização de pais, alunos, cantineiras e gestores em relação à importância de hábitos alimentares mais saudáveis; e a regularização dos Serviços de



* C D 2 2 7 1 6 2 3 8 6 0 0 *



Câmara dos Deputados

Dep. Federal Padre João

Apresentação: 27/05/2022 10:40 - CLP

REQ n.38/2022

Inspeção Municipais (SIM), de modo a aumentar a oferta de alimentos seguros e a garantia de que possam de fato ser comercializados legalmente.

Considerando desta forma a importância do assunto para a sociedade brasileira, presente e futura, bem como a necessidade de ampliar o debate sobre a criação da Política Nacional de Alimentação Escolar, entendemos que a realização dessa audiência pública é fundamental para a discussão do presente tema nessa Comissão, e se possível conjuntamente com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e a Comissão de Educação.

Sala das Comissões, de de 2022.

Padre João
Deputado Federal – PT/MG



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Padre João
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227162386000>



CD227162386000